

Relatório de gestão

Luiz Alberto Figueiredo Machado

Embaixada do Brasil em Washington,

Estados Unidos da América

1. INTRODUÇÃO: UMA RELAÇÃO MADURA

2. Assumi a Embaixada do Brasil em Washington no dia 7 de maio de 2015, em um momento particularmente auspicioso das relações bilaterais, em meio aos preparativos da visita da Presidente Dilma Rousseff aos Estados Unidos, que teve lugar em 29 e 30 de junho daquele ano e foi integrada por expressiva delegação ministerial (nove ministros) e importante segmento empresarial. Inicialmente prevista para ocorrer em 2013, a visita fora adiada de comum acordo entre os dois governos, em função das revelações da imprensa sobre monitoramento de altas autoridades por parte de agências de inteligência dos Estados Unidos. A reforma dos programas de vigilância dessas agências, ao lado das garantias oferecidas pelo próprio presidente Obama de que países amigos e aliados não seriam mais alvo desse tipo de monitoramento, permitiram superar o episódio e retomar a trajetória ascendente do relacionamento bilateral. A visita presidencial representou marco no fortalecimento da relação que, com o conjunto de compromissos assumidos, alcançou grau inédito de maturidade e institucionalização. No plano econômico, os Estados Unidos mantêm-se como o nosso primeiro sócio em matéria de investimentos externos e segundo maior parceiro comercial, ao passo que o Brasil segue na posição de um dos principais parceiros comerciais dos Estados Unidos na região e, cada vez mais, também assume o papel de investidor, com a presença crescente de empresas brasileiras no mercado norte-americano.

3. Durante o período de pouco mais de um ano em que estive à frente do posto, pude testemunhar o interesse firme e constante no aprofundamento das relações Brasil-

Estados Unidos nas mais diversas áreas, seja por parte dos governos, dos corpos de estado, dos agentes privados ou dos setores organizados das respectivas sociedades. Os documentos resultantes da visita presidencial - em cuja negociação me empenhei pessoalmente - incluem, entre outros instrumentos, um comunicado conjunto presidencial sobre ampla gama de temas, e outro específico, sobre mudança do clima, que refletem em grande medida esses interesses e fornecem ambicioso mapa do caminho para seguir aprofundando a relação bilateral em áreas como diálogo político-diplomático; comércio e investimentos; defesa e segurança; ciência, tecnologia e inovação; energia e meio ambiente; direitos humanos e temas sociais; questões migratórias; cooperação educacional e técnica. Em conjunto, os mecanismos de consulta regular entronizados nos comunicados presidenciais de 2011 e 2014 representam o maior nível de institucionalização jamais alcançado na relação entre Brasil e Estados Unidos: conta-se, hoje, com uma densa rede de acordos e mecanismos bilaterais de diálogo e cooperação, sendo quatro diálogos estratégicos em nível ministerial, que se reportam diretamente aos presidentes (político-diplomático; defesa; energia; e finanças e economia), e mais de trinta outros grupos ou comissões bilaterais de consulta e coordenação, em uma gama variada de áreas, além de foro de altos executivos Brasil-Estados Unidos.

4. No plano político-diplomático, o tempo que me tocou em Washington foi caracterizado por um nível excelente de diálogo e de entendimento, que pode ser sintetizado nas menções públicas do Presidente Obama ao papel do Brasil como "potência global" e "major global player", o que se refletiu, de maneira muito concreta, nos progressos alcançados em matéria de facilitação do comércio e convergência regulatória; na remoção do principal obstáculo para a abertura do mercado norte-americano para a carne 'in natura' brasileira; no diálogo de alto nível em energia e em ciência e tecnologia; na coordenação de posições para as negociações sobre mudança do clima e para a atuação nos foros multilaterais de direitos humanos; na estreita cooperação mantida na área de segurança, com vistas aos jogos olímpicos; ou ainda na disposição de retomar, em novo patamar, o diálogo e a cooperação no setor de defesa, entre outras iniciativas

descritas a seguir. Não menos importante, a atitude adotada pelo governo norte-americano, com relação ao processo político interno no Brasil, foi pautada, a todo o momento, por estrito respeito às decisões emanadas das instituições brasileiras nos marcos constitucionais.

5. Este relatório, ao tratar de diversos temas da agenda bilateral ou da política externa dos EUA, demonstra a maturidade alcançada nessa relação, essencial por todos os pontos de vista, e confirma o interesse em seu fortalecimento contínuo como um caminho sem volta, não obstante eventuais divergências pontuais que possam ocorrer e que têm sido encaradas com naturalidade de parte a parte. O relatório, no presente formato, foi concebido não como inventário exaustivo dos diversos assuntos que foram objeto de tratamento e atenção por parte da Embaixada em Washington no período, mas como guia geral, do qual sobressaem os aspectos de maior interesse e relevância, bem como as linhas mestras que imprimi para a atuação da Embaixada. O amplo leque de temas aqui tratados busca dar uma ideia clara da variedade e complexidade das relações com os Estados Unidos e da natureza especial do trabalho diplomático em Washington, não apenas na promoção dos interesses brasileiros nas gestões e negociações com a contraparte norte-americana e no diálogo com os diversos e influentes atores governamentais e não governamentais presentes nesta capital, mas também na observação e análise dos distintos aspectos da política interna e externa da principal potência mundial, tendo presente sua atuação decisiva nos principais tabuleiros das relações internacionais e suas implicações para a segurança nacional e o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

POLÍTICA INTERNA

6. Durante minha gestão, a Embaixada efetuou, como corresponde, acompanhamento e análise da vida política dos Estados Unidos, levando em consideração a diversidade de agentes e as características locais, com especial atenção para desenvolvimentos que possam ter implicações para a relação bilateral e os interesses brasileiros. Em contexto de crescente polarização entre os partidos

Democrata e Republicano, marcado, entre outros fenômenos, pela ascensão de grupos conservadores principistas (como o "Tea Party") no seio do Partido Republicano e pela correspondente reação do Partido Democrata, e pela dificuldade de promoção de soluções de conciliação no Congresso, o que impôs dificuldades ao governo do presidente Obama e levou-o a atuar nos limites das prerrogativas do executivo, de maneira a consolidar avanços em matéria de política externa (normalização das relações com Cuba, cujo fim do embargo necessita de ação do Congresso), saúde ("Obamacare") e direitos civis (intervenções do Executivo em casos de abuso policial e apoio à união homoafetiva). Por outro lado, o governo não logrou avançar em temas caros ao presidente, como nas áreas de imigração (as medidas executivas de 2014, que legalizariam cinco milhões de imigrantes, foram travadas judicialmente); controle de armas; e direitos sociais e trabalhistas (licença-maternidade paga, aumentos do salário mínimo, entre outros).

7. Mereceu atenção detida, nesse período, o processo das primárias partidárias norte-americanas, com vistas às eleições presidenciais de novembro de 2016. O posto registrou e analisou os posicionamentos dos principais pré-candidatos, com base nos debates, declarações públicas e entrevistas, bem como registrou a evolução dos desempenhos e prognósticos individuais, por meio do cotejamento de pesquisas eleitorais, da análise do debate público norte-americano e da troca de informações com formadores de opinião nesta capital. Consideradas "pouco usuais", por suas características únicas nesta edição, as primárias para as eleições de 2016 contaram com grande número de pré-candidatos em seu começo: dezessete do lado republicano e cinco do lado democrata. Se, entre os democratas, a disputa concentrou-se rapidamente nas figuras de Hillary Clinton e Bernie Sanders, entre os republicanos o número de pré-candidatos continuou alto durante certo período, mas sempre sob a liderança de Donald Trump, que logrou consolidar-se, no inicio de maio, como único candidato restante. As convenções partidárias, previstas para julho de 2016, deverão validar as candidaturas de Donald Trump e Hillary Clinton, ambos já com o número necessário de delegados, com vistas às eleições de novembro deste ano.

POLÍTICA EXTERNA

8. Dada a multiplicidade de processos internacionais nos quais os Estados Unidos se fazem presentes de maneira determinante, alguns dos quais com implicações para o próprio funcionamento do sistema internacional, inclusive em sua dimensão regional, ademais da extensa agenda bilateral mantida com terceiros países de todos os quadrantes, o acompanhamento e análise da política externa norte-americana é tarefa complexa, que exige da Embaixada capacidade de processamento e análise de volume considerável de informações qualificadas. Contatos com diversas áreas de governo, interlocução regular com o corpo diplomático local e com atores privados e do mundo acadêmico, além de acompanhamento e diálogo com o influente circuito de 'think tanks' (centros de estudo ou pensamento) sediados nesta capital, são instrumentos do trabalho diário da Embaixada.

9. No período em que estive à frente do posto, acompanhei as posições e as políticas do governo norte-americano com relação aos países da América Latina e busquei manter contato frequente com meus pares latino-americanos e caribenhos, individualmente ou por meio do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC). Mantive interlocução com os 'think tanks' locais que seguem a região, tais como o "Council of the Americas", o "Inter-American Dialogue", o "Atlantic Council", e o "Wilson Center" - nos quais tive ocasião de fazer apresentações sobre temas brasileiros - e fiz acompanhamento das movimentações de pessoas em cargos-chave da administração norte-americana responsáveis por América Latina, em Washington e nos principais postos norte-americanos na região, entre os quais ressalto o processo de nomeação da secretária assistente para hemisfério ocidental, Roberta Jacobson, para o cargo de embaixadora no México, havendo sido substituída interinamente no Departamento de Estado por Mari Carmen Aponte, que visitou o Brasil em 2 e 3 de junho de 2016.

10. Minha gestão à frente da Embaixada coincidiu com momento particularmente promissor para as relações entre os Estados Unidos e a América Latina. Após o anúncio do processo de normalização das relações com Cuba, tornado público em 17 de dezembro de 2014, a realização da Cúpula das Américas no Panamá (10 e 11 de abril de 2015), na qual os presidentes Barack Obama e Raúl Castro encontraram-se formalmente pela primeira vez, marcou mudança na abordagem adotada pelo governo Obama para a região. O processo de normalização das relações entre Washington e Havana foi seguido de perto pelo posto, que manteve diálogo frequente com autoridades norte-americanas responsáveis, com diplomatas da seção de interesses de Cuba nesta capital - que voltou a atuar plenamente como Embaixada em 20 de julho de 2015 - e com os meios especializados. Marco do processo de normalização foi a visita do presidente Barack Obama a Cuba (20-22 de março de 2016), que buscou consolidar tendência à irreversibilidade do processo de reaproximação. Pude testemunhar e relatar, ao longo do período, as alterações na opinião pública norte-americana com relação a Cuba, a formação de grupos de "lobby" em favor da normalização e o crescente interesse dos grupos empresariais norte-americanos em investir e fazer negócios com aquele país.

11. Outros processos importantes na relação dos Estados Unidos com a região foram observados, acompanhados e analisados, em particular no que se refere às relações com Colômbia, Argentina e Venezuela. A visita do Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, a Washington (3-5 de fevereiro de 2016) serviu para o anúncio do compromisso dos Estados Unidos com o desenvolvimento do país no período pós-conflito, por meio da substituição do "Plano Colômbia" pelo "Paz Colômbia", que prevê ajuda e cooperação econômica norte-americana da ordem de US\$ 450 milhões. O posto acompanhou, ainda, o lançamento de iniciativa plurilateral capitaneada pelos Estados Unidos, com vistas à desminagem do vizinho andino. No que se refere à Argentina, com cuja representação diplomática o posto manteve estreito diálogo, a eleição do presidente

Mauricio Macri, em dezembro de 2014, marcou superação de quadro de esgarçamento, o que foi coroado pela visita do presidente Obama à Argentina (23-24 de março de 2016), que abriu novo capítulo nas relações com Buenos Aires. As relações com a Venezuela, por sua vez, viram-se marcadas pela promulgação, em março de 2015, pouco antes de minha chegada ao posto, de sanções a altas autoridades do governo venezuelano, com fortes implicações diplomáticas decorrentes de linguagem que classificava a Venezuela como "ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos". Nos meses seguintes, o governo norte-americano diminuiu o tom e apostou em diálogo calibrado. Em março de 2016, em contexto de acirramento do quadro interno venezuelano, Washington renovou as sanções, o que ocasionou a retirada do encarregado de negócios da Venezuela e novo congelamento das relações.

12. A Europa permaneceu um dos focos principais do interesse norte-americano, tanto do ponto de vista econômico quanto geopolítico. Acompanhei com atenção as negociações com vistas à conclusão da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, em inglês), especialmente mediante interlocução direta com Michael Froman, o USTR. Esse acordo potencialmente complementa os tradicionais laços na área de defesa e constituiria novo e relevante esteio à parceria transatlântica, de importância central para a política externa norte-americana desde a Segunda Guerra Mundial. O combate ao terrorismo também foi, no período, elemento central da agenda de cooperação entre os Estados Unidos e a Europa. Os atentados em Paris e em Bruxelas, cujas repercuções foram acompanhadas e analisadas pelo posto, demonstraram a vulnerabilidade do espaço europeu à atuação terrorista e ao fluxo de refugiados do Oriente Médio, acendendo sinal de alerta na "parceria transatlântica". Acompanhei, ademais, as discussões neste país e as correspondentes manifestações de apoio do presidente Obama à importância de uma Europa unida, em que manifestou o interesse explícito do governo norte-americano de que o Reino Unido permanecesse na União Europeia. O resultado do referendo (pelo "Brexit"), em 23/6, tem sido acompanhado detidamente pela Embaixada, tendo em vista suas implicações para as relações

transatlânticas, em particular econômicas e comerciais, os rearranjos geopolíticos decorrentes, os aspectos de segurança no âmbito da OTAN ou, ainda, suas eventuais consequências para a economia global e para o desempenho da economia norte-americana, que comento mais abaixo.

13. Mais além da agenda econômico-comercial, mereceram especial atenção do posto, durante esse período, as relações entre Washington e Moscou. A crise ucraniana e a crescente tensão com a Rússia vêm revigorando antigos temores sobre a segurança coletiva europeia, alimentando, nos meios de análise de Washington, a percepção de uma potencial "nova guerra fria", com repercussões sobre o futuro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), cuja próxima reunião de cúpula ocorre em Varsóvia, em 8 e 9 de julho. As relações com a Rússia, nesse cenário, atravessam possivelmente o seu pior momento desde a Guerra Fria, a ponto de o estamento de segurança nacional norte-americano elencar o país como um dos cinco principais desafios estratégicos dos Estados Unidos nos próximos anos (juntamente com China, Coréia do Norte, Irã e o combate ao terrorismo). Não obstante, prevalece entre Washington e Moscou a visão comum de que se deve resguardar um grau de coordenação em temas mais amplos da agenda internacional, como desarmamento nuclear, conflitos regionais, terrorismo, migração, desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e energética, ameaças cibernéticas, desenvolvimento do Ártico ou exploração espacial. A coordenação para o acordo P5+1/Irã sobre o programa nuclear iraniano, bem como para a cessação de hostilidades no conflito da Síria, foram exemplos da importância de resguardar uma margem de cooperação entre Washington e Moscou.

14. O Oriente Médio continuou a merecer atenção prioritária da política externa norte-americana. Para além da cobertura das numerosas viagens de alto nível de autoridades médio-orientais a Washington (incluindo a primeira visita aos Estados Unidos do rei Salman, da Arábia Saudita, em sua atual função), e sem descurar do acompanhamento das relações norte-americanas com países como Israel, Líbano, Egito e Arábia Saudita, entre outros, a Embaixada procurou manter acompanhamento sistemático do papel desempenhado pelos Estados Unidos

nos principais e mais sensíveis dossiês daquela região, com implicações mais amplas para as relações internacionais e de interesse para a atuação externa do Brasil: o conflito sírio e, de forma imbricada, o combate ao autodenominado "Estado Islâmico - EI"; o processo de paz israelo-palestino; e o dossiê nuclear iraniano.

15. No que diz respeito à situação na Síria, busquei, mediante contatos com representantes do Departamento de Estado, com diplomatas de países da região e com os círculos locais de reflexão estratégica, analisar a posição dos Estados Unidos e avaliar seus impactos sobre o desenrolar do conflito, de maneira a subsidiar Brasília e também nossa rede de postos mais diretamente implicada, em particular a Embaixada do Brasil em Damasco. No período, o principal objetivo de Washington naquele país passou a ser a destruição do EI e a resolução do conflito, tornando-se menos contundente o clamor pela deposição de Bashar al-Assad, que fundamentara o envolvimento norte-americano nos primeiros anos da guerra. O envolvimento russo no teatro de operações teve novas e complexas implicações para a política externa norte-americana, que tem liderado, com Moscou, o processo de tratativas intra-sírias, apostando em uma pacificação e transição política no país. Embora tais esforços pareçam insuficientes para dar fim, no curto prazo, ao conflito sírio, é certo que os Estados Unidos, em conjunto com a Rússia, terão papel central em qualquer desfecho na Síria, em processo que seguirá exigindo acompanhamento detido do posto.

16. Meu tempo à frente da Embaixada coincidiu, ademais, com reveses no esforço diplomático norte-americano de reanimar o processo de paz entre israelenses e palestinos, após o fracasso de esforço liderado pelo Secretário de Estado, John Kerry, em 2014. Ao longo do período recente, pareceu haver diminuído a margem de manobra de Washington para buscar avanços, em meio a certa erosão no relacionamento com o governo israelense, tema sobre o qual deixei diversos registros. O posto relatou, ainda, o engajamento dos Estados Unidos com a chamada "iniciativa francesa" para retomar o processo de paz. Deu-se também seguimento à interlocução tradicional

da Embaixada com alguns dos principais grupos de representação de interesses israelenses em Washington, por meio de contatos frequentes com suas lideranças, havendo-se organizado duas recepções na Embaixada por ocasião do Fórum Global do 'American Jewish Committee' (AJC), a que estiveram presentes expoentes da comunidade judaica no Brasil e no mundo.

17. A Embaixada empenhou-se, ao longo do período, em acompanhar proximamente as negociações do acordo sobre o programa nuclear iraniano entre União Europeia, Alemanha, China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia (UE/P5+1) e Irã, finalmente concluído em 14 de julho de 2015, bem como seu complexo processo de aprovação pelo congresso norte-americano. Para tanto, o posto manteve estreito diálogo com as áreas responsáveis pelo assunto tanto no Departamento de Estado quanto no Departamento do Tesouro, com as representações diplomáticas de diversos países envolvidos e com os círculos de análise estratégica sediados nesta capital. O acordo ("Joint Comprehensive Plan of Action" - JCPOA) representa um dos principais legados da política externa do governo Obama. A suspensão das sanções relacionadas ao programa nuclear iraniano por parte dos Estados Unidos e da União Europeia, por ocasião da entrada em vigor do JCPOA, em 16 de janeiro de 2016, desencadeou movimentação de diversos países, entre os quais o Brasil, interessados em explorar o mercado interno iraniano. Nesse contexto, a Embaixada realizou gestões para obter esclarecimentos do governo estadunidense a respeito da modificação do regime de sanções em relação ao Irã, e, por instrução da Secretaria de Estado, intermediou a organização de videoconferência, em 7/6/16, com funcionários dos Departamentos de Estado e do Tesouro, inclusive do Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC, da sigla em inglês), com o objetivo de elucidar dúvidas do setor bancário brasileiro no tocante ao reestabelecimento de relações bancárias e financeiras com o Irã. Em seguimento à videoconferência, está em curso a organização de missão técnica norte-americana ao Brasil em setembro próximo.

18. De todo modo, ainda que permaneça algum grau de antagonismo frente a Teerã (sempre estimulado por pressões políticas internas e externas), o presidente Obama, nessa fase final de seu mandato, deixou claro que esse deixou de ser a lógica primordial da atuação dos Estados Unidos na região, posição agora ocupada pelo combate ao terrorismo. A erradicação do autodenominado "Estado Islâmico - EI", em particular, assumiu papel cada vez mais relevante na estratégia de defesa norte-americana e lugar cada vez mais central na pauta bilateral dos Estados Unidos com diversos países médio-orientais e com os demais países membros da OTAN, muitos dos quais integram a coalizão militar liderada por Washington contra aquele grupo terrorista. A retomada de territórios antes controlados pelo EI, em especial no Iraque (incluindo centros urbanos importantes como Ramadi e, mais recentemente, Fallujah), tem permitido progressos graduais no esforço para combater o terrorismo. Uma das grandes apostas do mandatário norte-americano no "front" externo, nos poucos meses que lhe restam na Casa Branca, é de que a campanha militar obtenha novos êxitos de relevo, com destaque para a reconquista de Raqqa, na Síria, e Mosul, no Iraque.

19. A Ásia permaneceu um dos focos principais da política externa norte-americana, no bojo da política de "pivô" ou "rebalanceamento" para a Ásia-Pacífico, concebida pelo presidente Obama. As relações com a China mereceram particular atenção do posto, em virtude da densidade e complexidade da relação, caracterizada por um misto de cooperação e competição. A Embaixada acompanhou detidamente os resultados da visita de estado do presidente Xi Jinping aos Estados Unidos, em 25 de setembro de 2015, bem como as negociações da Parceria Transpacífica (TPP, na sigla em inglês), componente econômico estratégico para os interesses norte-americanos no contexto da política de reequilíbrio e maior acordo de livre comércio do qual os Estados Unidos jamais participaram. O engajamento dos Estados Unidos com o multilateralismo regional asiático, em particular as relações com a 'Asia Pacific Economic Cooperation' (APEC), a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e seus vários mecanismos institucionais ganhou,

no período, particular dinamismo. O posto dedicou atenção ao acompanhamento e análise dos resultados da primeira reunião de cúpula Estados Unidos-ASEAN em território norte-americano (Sunnylands, Califórnia, 15 e 16 de fevereiro de 2016), bem como o lançamento da "nova parceria estratégica" Estados Unidos-ASEAN e seus desdobramentos. Também foram objeto de acompanhamento e análise do posto, no período, a normalização das relações com o Vietnã e a abertura estadunidense para Myanmar.

20. Minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Washington coincidiu, ainda, com o acirramento das tensões na península coreana, razão pela qual mereceram especial acompanhamento o impacto dos anúncios da Coreia do Norte da realização de testes nucleares e relatos de lançamento de satélite com tecnologia de mísseis balísticos, nos primeiros meses de 2016, episódios que tiveram desdobramentos no âmbito das Nações Unidas, em particular a aprovação da resolução 2270 do Conselho de Segurança, cujas negociações foram lideradas pelos Estados Unidos e China, que estabeleceu as mais duras sanções impostas por aquele órgão à RPDC. Ainda na vertente securitária da política de "rebalanceamento", a Embaixada tem acompanhado as tensões no Mar do Sul da China, o reforço, atualização e aprofundamento das alianças tradicionais dos EUA com Japão e Coréia do Sul e a renovada relação de defesa com as Filipinas, que constituem os pilares dos interesses norte-americanos na garantia da segurança, da liberdade de navegação e de sobrevoo na área.

21. No que diz respeito à África, buscouse acompanhar o engajamento dos Estados Unidos principalmente com os países da África Subsaariana e avaliar os principais aspectos da política externa norte-americana para a África no último ano de mandato do presidente Obama. Ao longo do período, mantive contato estreito com meus homólogos dos países de língua oficial portuguesa da África com representação diplomática na capital estadunidense e, de forma mais ampla, com os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Nesse sentido, procurei promover e estimular uma maior coordenação e intercâmbio, nos assuntos de interesse

comum, entre as embaixadas em Washington dos estados membros da CPLP, tendo em vista a assunção pelo Brasil, em meados deste ano, da presidência de turno da Comunidade. Para tanto, instituí em Washington um "grupo de embaixadores da CPLP", com o apoio entusiástico de meus colegas lusófonos, com vistas à promoção conjunta de nossa identidade cultural e de interesses compartilhados pelos países de língua portuguesa neste país, no momento em que o Brasil assume, a partir da metade do ano corrente, a presidência 'pro tempore' da CPLP.

RELAÇÕES COM O CONGRESSO

22. Como tem sido prática, porção significativa do trabalho da Embaixada foi dedicada, no período, ao relacionamento com o Congresso norte-americano, sabidamente um eixo fundamental de qualquer atuação diplomática consequente em Washington. Nesse sentido, além de dar apoio às missões de parlamentares brasileiros a esta capital, empenhei-me em manter e fortalecer a rede de relacionamentos do posto com lideranças do poder legislativo norte-americano, contribuindo para o adensamento do relacionamento bilateral e promovendo a melhor compreensão do lado norte-americano sobre a complexa realidade brasileira e as oportunidades de cooperação com o Brasil. Na tarefa de trabalhar as relações com o Congresso, foi instrumental o relacionamento com os parlamentares integrantes do 'Brazil Caucus', grupamento presente na Câmara que congrega cerca de trinta representantes com interesse no Brasil, seja pela presença significativa de imigrantes brasileiros em seus distritos, seja por razões econômico-comerciais. Colaboradores meus estiveram sempre em contato constante com assessores (ou "staffers") de diversos parlamentares, além de fazer acompanhamento cotidiano da pauta da Câmara e do Senado, de maneira a identificar o tratamento de matérias de interesse direto ou indireto para o Brasil.

23. No tratamento da relação com o Congresso, dei continuidade aos eventos ou programas tradicionais

realizados com a presença de parlamentares e "staffers". Um dos principais eventos dessa agenda é a recepção 'Brazil on the Hill', organizada anualmente na residência da Embaixada. Em sua edição de 16 de setembro de 2015, o evento foi realizado em parceria com a 'Brazil Industries Coalition' (BIC) e contou com o apoio da APEX-Brasil, do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (CEBEU), da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da churrascaria Fogo de Chão, oferecendo coquetel e jantar a 183 pessoas, entre parlamentares norte-americanos, diplomatas, empresários, "staffers", havendo contado com a presença de importante delegação de parlamentares brasileiros, liderada pela senadora Ana Amélia (PP-RS) e integrada pelos deputados federais Eduardo Barbosa (PSDB-MG), Sibá Machado (PT-AC), Geraldo Resende (PMDB-MS), Alexandre Serfiotis (PSD-RJ) e Nelson Marquezelli (PTB-SP).

24. Eventos de importância singular para o avanço dos interesses brasileiros junto ao legislativo norte-americano são as viagens de parlamentares e 'staffers' ao Brasil promovidas ao amparo do "Mutual Educational and Cultural Exchange Act" (MECEA), que muito contribuem para o melhor entendimento da realidade nacional e para a formação de simpatias benéficas ao Brasil junto aos legisladores norte-americanos. Realizado com periodicidade anual, em parceria com a APEX-Brasil, o MECEA não pôde, infelizmente, ter lugar no ano de 2015, em virtude de exiguidade de recursos. Não obstante, considero esse programa fundamental para criar um terreno mais propício aos interesses nacionais no Congresso estadunidense. Seria importante, portanto, que o programa fosse retomado no prazo mais breve possível.

25. A Embaixada também trabalhouativamente na viabilização de diversas missões de parlamentares brasileiros, individualmente ou em grupo, aos Estados Unidos. Ressalto, por especialmente relevante, o apoio prestado no agendamento e execução de missão do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, senador Aloysio Nunes Ferreira a esta capital (17-20 de abril 2016), cuja agenda incluiu reunião com o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano, senador Bob Corker

(R-Tennessee), e com o líder da minoria naquela Comissão, senador Ben Cardin (D-Maryland); reunião com o subsecretário de assuntos políticos do Departamento de Estado, embaixador Thomas Shannon; e encontro com correspondentes brasileiros de imprensa em Washington, entre outros compromissos.

26. Na dimensão da diplomacia federativa, vertente indispensável e tradicional do trabalho da Embaixada, tendo em vista o alto grau de autonomia e a diversidade de interesses dos governos estaduais, realizei duas visitas de trabalho ao estado da Califórnia e a Nova York, com foco na agenda de comércio e investimentos, em particular em setores de alta tecnologia. Por razões de ordem estritamente orçamentária, não foi possível manter o planejamento de viagens do chefe do posto e tampouco enviar funcionários diplomáticos em missões a outros estados da União, conforme tem sido a prática do posto, o que, entendo, será retomado uma vez normalizada a situação orçamentária.

DEFESA E SEGURANÇA

27. No período em que estive à frente do posto, a área de defesa confirmou-se como uma das mais promissoras para a relação bilateral, tanto na vertente da cooperação militar-militar e do diálogo político-militar, quanto na da associação entre os setores industriais, a começar pelo potencial identificado de cooperação em matéria de pesquisa e desenvolvimento industrial. A visita de trabalho a Washington do então Ministro de Estado da Defesa, Jacques Wagner, às vésperas da visita presidencial, em junho de 2015, foi marcada pela entrada em vigor, naqueles dias, do Acordo de Cooperação em Defesa e do Acordo Geral sobre a Segurança de Informações Militares. A aprovação de ambos os instrumentos, em ação coordenada entre executivo e legislativo brasileiros, foi corretamente percebida em Washington como sinal de disposição do Brasil de elevar o diálogo e a cooperação em defesa a um novo patamar. A visita do Ministro de Estado da Defesa a esta capital foi acompanhada, ademais,

de delegação empresarial brasileira do setor, que manteve reunião de trabalho com seus pares norte-americanos, da qual resultou entrega de carta às autoridades de ambos os governos, em que se indica, entre outros, a expectativa de institucionalizar um diálogo industrial de defesa entre os dois países e explorar possibilidades de desenvolver projetos produtivos conjuntos no setor. O diálogo industrial de defesa poderia também servir de fórum para explorar e estruturar iniciativas de cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação na área de defesa, aproximando os atores do chamado "complexo militar-industrial-acadêmico" de ambos os países, em benefício de futuros projetos industriais e do esforço nacional em matéria de desenvolvimento tecnológico e industrial em áreas estratégicas, com sabida irradiação para o conjunto da atividade da indústria nacional.

28. A par desses desdobramentos, os presidentes, em seu comunicado conjunto, determinaram que fossem retomados o Diálogo de Cooperação em Defesa (DCD), inaugurado em 2012 e de nível ministerial, e o Diálogo Político-Militar, que ocorre entre os ministérios das Relações Exteriores e da Defesa de ambos os países e que se encontrava suspenso desde 2013. Apesar de sucessivos reagendamentos, por razões internas de lado a lado, há expectativa de que as reuniões de ambos os mecanismos possam ocorrer ainda em 2016.

29. Além disso, manteve-se, ao longo de todo o período, intensa agenda bilateral de cooperação militar-militar, acompanhada pelas adidâncias das Forças Armadas na Embaixada em Washington, sempre em estreita coordenação interna no posto. Foi extensa a lista de altas autoridades brasileiras que realizaram missões a Washington e aos Estados Unidos no período, entre os quais ressalto a do comandante da Marinha, almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira; do comandante do Exército, general Eduardo Dias da Costa Villas-Bôas; e do comandante da Aeronáutica, brigadeiro Nivaldo Luiz. Ao lado das agendas específicas de cooperação, treinamento e aparelhamento de cada Força, bem como dos exercícios militares regulares conjuntos, foram numerosas as missões relacionadas à cooperação em matéria de inteligência e segurança, com vistas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos

do Rio de Janeiro. De todos os oficiais-generais em visita a Washington, os quais invariavelmente recebi na Embaixada, colhi a percepção de uma ampla disposição das autoridades militares estadunidenses de manter diálogo franco e cooperação aprofundada com o Brasil.

30. Na agenda de cooperação em segurança propriamente dita, cujo acompanhamento conta com o concurso da adidânciia da Polícia Federal na Embaixada, ressalto o compromisso dos presidentes, plasmado no comunicado conjunto de 2015, no sentido de explorar iniciativas bilaterais ou trilaterais de combate aos ilícitos transnacionais, inclusive por meio da valorização do grupo de trabalho sobre segurança e crimes transnacionais, criado em outubro de 2012. Aguarda-se, ainda, convocação de nova reunião do referido GT, que envolve, do lado brasileiro, os distintos órgãos e agências de governo responsáveis pela política de segurança pública e combate a ilícitos internacionais.

DESARMAMENTO E NÃO PROLIFERAÇÃO

31. Durante minha gestão, a Embaixada deu continuidade ao acompanhamento das posições e iniciativas dos Estados Unidos em matéria de desarmamento e não proliferação, por meio de contatos regulares com as autoridades estadunidenses responsáveis pelo assunto e pelo acompanhamento sistemático das discussões sobre o tema promovidas por 'think tanks' e círculos de reflexão estratégica locais. No plano bilateral, o posto trabalhou na preparação e produção de subsídios para a realização da 4ª reunião do Diálogo Brasil-Estados Unidos sobre Desarmamento e Não Proliferação, que teve lugar em Brasília em 13 de agosto de 2015. O mecanismo tem permitido o intercâmbio de opiniões de modo abrangente e estruturado sobre o tema, promovendo a melhor compreensão das posições nacionais.

32. Como parte dos preparativos para a IX Conferência de Exame do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (Nova York, 27/4-22/5/2015), o posto manteve

interlocução com o secretário adjunto para segurança internacional e não proliferação, Thomas Countryman, com base em diálogo franco sobre as posições e expectativas dos Estados Unidos para a Conferência, com o intuito de subsidiar a participação brasileira. O posto atuou, ademais, na preparação e apoio à participação da delegação brasileira à 4ª Cúpula de Segurança Física Nuclear (IV CSFN), realizada nesta capital em 31 de março e 1º. de abril de 2016. A delegação brasileira foi encabeçada pelo então ministro de estado das Relações Exteriores, embaixador Mauro Vieira. A IV CSFN contou com a presença de 35 chefes de estado ou de governo e encerrou processo lançado em 2010 e capitaneado pessoalmente pelo presidente Obama.

33. No período em questão, não houve avanços em relação à ratificação do Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT) pelo Senado americano e às negociações para um tratado sobre material físsil nuclear ("Fissile Material Cut-off Treaty"). Ambos os temas foram compromissos de Obama em seu discurso sobre desarmamento e não proliferação, proferido em Praga, em 5 de abril de 2009. Em 27 de maio de 2016, Barack Obama tornou-se o primeiro presidente dos Estados Unidos a visitar Hiroshima, ocasião na qual reforçou, em seu discurso, a ideia de um mundo livre de armas nucleares, sem lançar, no entanto, novas iniciativas em matéria de desarmamento.

34. Em relação ao Irã, como mencionado anteriormente, os Estados Unidos mudaram o foco de sua abordagem de sanções para incentivos econômicos e a perspectiva de reinserção financeira do país na economia global. A aprovação do "Plano Abrangente de Ação Conjunta", em 14 de julho de 2015, e sua entrada em vigor, em 16 de janeiro de 2016 ("dia da implementação"), gerou, por um lado, intensa movimentação de países buscando se posicionarem em relação ao mercado iraniano, e, por outro, incerteza com relação ao novo regime de sanções, com a atitude de cautela por parte de agentes econômicos. Ao final de meu período em Washington, o executivo dos Estados Unidos realizou gestos no sentido de garantir que não imporia entraves a países que desejem fazer negócios com o Irã. Se o acordo nuclear com o Irã foi a grande aposta do governo Obama na área de não proliferação, o

avanço do programa nuclear norte-coreano, inclusive com a realização de novos testes nucleares, evidenciou os limites da estratégia dos Estados Unidos conhecida como "paciente estratégica" e as dificuldades do governo americano na contenção do programa nuclear e missilístico da Coreia do Norte, como referido mais acima.

DIREITOS HUMANOS, TEMAS SOCIAIS E COOPERAÇÃO JURÍDICA E CONSULAR

35. Durante minha gestão, a Embaixada acompanhou atentamente a evolução dos assuntos ligados aos direitos humanos e aos temas sociais nos Estados Unidos, bem como suas repercussões domésticas e internacionais. Esse exercício incluiu frequente contato com representantes do governo norte-americano e da sociedade civil, dedicando especial atenção à forma como o Brasil é retratado nas declarações de autoridades e especialistas, além dos relatórios por eles publicados. Os temas acompanhados incluíram o tráfico internacional de pessoas, a violência policial, o trabalho infantil e forçado, as liberdades de expressão, religião e na Internet, o sequestro internacional de menores, os direitos de populações LGBT, as populações deslocadas (migrantes e refugiados), entre outros. Em linhas gerais, o Brasil continua a ser observado com olhar muito favorável, havendo, contudo, menções esporádicas a problemas pontuais que são reconhecidos e combatidos pelo próprio governo brasileiro.

36. A Embaixada dedicou particular atenção a relatórios elaborados pelos EUA em que o Brasil é citado. O Departamento de Trabalho dos EUA, em seus relatórios, continua a citar o Brasil como um país onde persiste a prática de trabalho forçado e infantil. A consequência mais concreta dessa observação é a inclusão de setores produtivos brasileiros na "Lista de Bens Produzidos por Meio de Trabalho Forçado e Infantil", não obstante reiteradas gestões bilaterais minhas e de meu antecessor, bem como do setor privado brasileiro. Embora não haja qualquer tipo de sanção decorrente da inclusão nessa lista, a inclusão do Brasil arranca a imagem de setores produtivos brasileiros. Por essa razão, é recomendável continuar manter um diálogo fluido e fornecer informações

de qualidade para garantir que os relatórios refletem de maneira adequada as ações empreendidas pelo governo brasileiro para eliminar o problema.

37. Ainda assim, de maneira geral, a agenda de direitos humanos tem servido como meio de aproximação entre as duas grandes democracias da região. Talvez o fruto recente mais concreto dessa confluência de visões tenha sido a constituição, no contexto da última visita presidencial bilateral aos EUA, do Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos Globais. Desde 2015, o grupo reuniu-se em duas ocasiões, e tem se mostrado instrumento valioso para a adoção, nos foros multilaterais, de abordagens e estratégias que, quando não são comuns, são ao menos transparentes, constituindo-se em excelente medida para o entendimento mútuo e alcance dos respectivos objetivos.

38. Dediquei também especial atenção à abordagem dos EUA sobre a evolução da epidemia do vírus zika no continente americano. Esse trabalho envolveu tanto o acompanhamento do tratamento do tema pelas agências especializadas norte-americanas ('Centers for Disease Control and Prevention' - CDC, 'National Institutes of Health' - NIH, 'Food and Drug Administration' - FDA), com cujos diretores tive ocasião de interagir, bem como o recebimento e resposta a consultas encaminhadas e a divulgação das medidas adotadas pelo Brasil para combater a doença. Procurei, nesses termos, apontar o decisivo papel que o Brasil tem desempenhado na produção de conhecimento sobre o vírus e também na luta contra a doença, buscando, ao mesmo tempo, desfazer percepções equivocadas sobre o país. Os esclarecimentos envolveram a produção de artigos em periódicos de grande circulação, palestras a representantes da indústria do turismo, entrevistas em meios televisivos, contato com parlamentares e intermediação da participação de especialistas brasileiros em eventos locais. Nesse contexto, e à medida que se aproximam as datas de início dos jogos olímpicos e paralímpicos, avalio que, no curto prazo, devem ser intensificados os esforços para informar o real estado do surto da doença no continente, no Brasil e na cidade do Rio de Janeiro, desconstruindo argumentos que sugiram qualquer tipo de medida desconectada de

justificativas científicas. No médio e longo prazos, será essencial continuar a apoiar e a divulgar a interação das instituições científicas dos dois países.

39. Durante minha gestão, a Embaixada apoiou, ademais, o seguimento dos passos necessários à implementação do acordo de previdência social, em negociação desde 2009 e finalmente assinado na última visita presidencial, em 2015. A reunião de implementação do acordo deverá ocorrer, em princípio, na sede da "Social Security Administration" nos próximos meses. Quando passar a vigorar, o acordo permitirá aos brasileiros em situação migratória regular que contribuam para o sistema de seguridade social norte-americano a utilização das contribuições feitas à previdência brasileira para antecipar a solicitação de sua aposentadoria, bem como garantirá o mesmo direito a cidadãos norte-americanos em situação análoga. Outro compromisso advindo da última visita presidencial foi a adoção de medidas para ingresso do Brasil no programa "Global Entry", cuja expectativa de concretização havia sido estimada para o fim do primeiro semestre de 2016. O programa, que não isenta da necessidade de visto, permitirá ingresso desburocratizado nos aeroportos norte-americanos para os indivíduos previamente cadastrados. Foram identificados, contudo, entraves de ordem técnica para a integração dos sistemas da Polícia e da Receita Federal com suas contrapartes norte-americanas. Considerando-se o esperado impacto positivo que a consecução desse objetivo poderá ter para viajantes frequentes, sobretudo no meio empresarial, avalio como fundamental a renovação de esforços para superar as dificuldades existentes.

40. A Embaixada seguiu conferindo, ainda, atenção às responsabilidades do posto no encaminhamento de assuntos relacionados à cooperação jurídica e consular que têm interface direta com o Departamento de Estado, o Departamento de Justiça e, em menor medida, o Departamento de Segurança Interna. Ao longo do último ano, foram realizadas mais de duzentas gestões de natureza jurídica, em especial aquelas relacionadas com cartas rogatórias, pedidos de transferências de presos e pedidos de extradição. O posto apoiou e organizou, ainda, diversas visitas de representantes das mais altas cortes

brasileiras a esta capital, entre os quais destaco o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Francisco Falcão, e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro José Antonio Dias Toffoli.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

41. Durante o tempo em que estive à frente do posto, pude testemunhar o crescente papel da cooperação educacional como vetor positivo e de alta visibilidade na agenda bilateral. Contribuiu para tanto a participação protagônica dos Estados Unidos como principal destino de bolsistas brasileiros do programa Ciência sem Fronteiras (CsF): das 92 880 bolsas implementadas no mundo, 27 821 o foram nos EUA, das quais mais de 6500 apenas em minha gestão. A intensa mobilidade proporcionada pelo CsF pôs o Brasil em destaque no meio acadêmico local, o que pode ser aferido, a título de exemplo, pela intensidade da interlocução da Embaixada com o setor: no período de pouco mais de um ano, foram cerca de 55 as visitas recebidas pela Embaixada de delegações universitárias (alunos, professores ou administradores) ou realizadas pelo posto a universidades norte-americanas, - ou seja, em média uma por semana - além de dezenas de palestras temáticas proferidas pelo setor educacional da Embaixada, entre outras atividades.

42. A implementação de programa de tal magnitude demandou, por outro lado, atento e permanente acompanhamento do posto no apoio aos bolsistas, na facilitação de contatos e na promoção da interlocução entre as agências implementadoras no Brasil e nos EUA (notadamente a CAPES e o Instituto de Educação Internacional-IIE) e mantendo constante fluxo de informação com as universidades participantes. Busquei, assim, ajudar a garantir a fluida execução do programa em todos os seus aspectos, inclusive os financeiro-orçamentários, de modo a assegurar a tranquilidade dos milhares de bolsistas brasileiros presentes neste país.

43. A intensificação da agenda de cooperação

educacional materializou-se, ademais, na assinatura de memorando de entendimento sobre educação técnico-profissionalizante, por ocasião da visita presidencial de junho de 2015. O 'MoU' pavimenta o caminho para uma relação bilateral ainda mais vigorosa na área educacional e - tendo em vista os impactos objetivos da educação técnico-profissionalizante - alinhada com os melhores interesses econômicos do Brasil e com os anseios da sociedade brasileira.

PROMOÇÃO CULTURAL

44. Em contexto de severas restrições orçamentárias, que afetaram a capacidade do posto de promover atividades culturais, a Embaixada intensificou a busca de parcerias com produtores locais e instituições públicas e privadas interessadas em apoiar ou associar-se a iniciativas de difusão da cultura brasileira, em suas mais diversas manifestações, de maneira a racionalizar recursos e manter presença e visibilidade do Brasil na cena cultural e artística desta capital.

45. No que considero o exemplo mais ilustrativo de parceria desse tipo, em maio de 2016 a residência oficial recebeu mais de cinco mil visitantes por ocasião do 'Around the World /Passport DC', evento anual em que dezenas de embaixadas nesta capital abrem suas portas ao público externo. Neste ano, graças a patrocínios diversos, a Embaixada foi capaz de propiciar programação cultural diversificada, além de exibir inédita exposição de tochas históricas dos jogos olímpicos, o que fez do Brasil o ponto alto dessa programação já tradicional da capital norte-americana. Outro exemplo bem-sucedido de parceria negociada pela Embaixada, sem ônus, foi a participação do Brasil, como país tema, da gala anual benficiante da principal rede hospitalar de reabilitação Medstar, em evento para mais de 600 convidados, a que esteve presente o presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, ocasião em que foi premiado atleta paralímpico brasileiro.

46. Sempre com base em parcerias e associações com entidades locais, a Embaixada foi capaz de apoiar

programação musical regular, nos mais variados gêneros, da qual destaco a apresentação, em setembro de 2015, do grupo musical Reco do Bandolim e Choro Livre, e o recital, em junho de 2016, do pianista clássico brasileiro Ronaldo Rolim. A Embaixada renovou, no período, a cooperação com a Biblioteca do Congresso, onde realizou-se, em abril de 2016, o evento 'Clarice Lispector: a conversation with Benjamin Moser', em que o biógrafo e tradutor da escritora brasileira para o inglês apresentou e discutiu sua obra. No que toca à promoção do audiovisual brasileiro, a Embaixada organizou, em parceria com a Universidade Johns Hopkins, em Baltimore, mostra de cinema brasileiro, em que foram exibidos filmes nacionais vinculados à temática dos direitos humanos.

47. Além disso, a Embaixada divulgou, prestigiou e emprestou apoio institucional, entre outras, às seguintes iniciativas: exposições da artista plástica Denise Milan; exposição sobre a obra da arquiteta ítalo-brasileira Lina Bo Bardini; festival anual Afro-Bahia, que celebrou a música, a arte e a culinária da Bahia; peça teatral sobre a vida de Carmen Miranda, exibida em teatro da capital; painel acadêmico sobre capoeira; lançamento e discussão de livros de autores brasileiros e norte-americanos sobre o Brasil; palestra do arquiteto brasileiro Arthur Casas; prêmio concedido à violinista brasileira Deborah Wanderley dos Santos pela 'Young Orchestra of Americas'; apresentações de músicos brasileiros em casas de espetáculos locais, como Joyce Moreno, Ana Carolina, Rose Moraes, Cyro Baptista; divulgação de filmes brasileiros em apresentação na cidade, como 'Que Horas Ela Volta?', 'Rio I Love You?' e 'Pelé', bem como dos longa metragens exibidos na edição de 2015 do Festival de Cinema Latino-Americano.

DIPLOMACIA

PÚBLICA

48. Durante minha gestão, foram ampliadas as ações de diplomacia pública, com o objetivo de divulgar as iniciativas relativas ao Brasil e as atividades da Embaixada, bem como modernizar a interação com o público norte-americano. Buscou-se, nesse contexto, diversificar o uso de mídias sociais e fortalecer o relacionamento com a comunidade dos chamados 'think tanks' (centros de

estudo ou pensamento) sediados em Washington e com a grande imprensa norte-americana. Além das funções de ponto focal para a mídia norte-americana e para os correspondentes brasileiros, bem como de assessoria de imprensa e contato para entrevistas concedidas a meios locais, a Embaixada auxiliou na preparação e no acompanhamento da cobertura de imprensa a visitas de altas autoridades brasileiras a Washington. No período, mantiveram contato com a imprensa, em entrevistas individuais ou coletivas organizadas na Embaixada, os ministros da Fazenda (em três ocasiões); do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Ciência, Tecnologia e Inovação; de Minas e Energia; da Defesa; e das Relações Exteriores.

49. Em minha gestão, procurei aproximar-me da imprensa norte-americana e manter interlocução fluida do posto com os principais meios de comunicação estadunidenses. Em setembro de 2015, fiz publicar no 'Huffington Post', um dos maiores e mais influentes portais de notícias dos Estados Unidos, artigo de minha autoria sobre as relações Brasil-Estados Unidos. Ao longo do período, concedi entrevistas, entre outros, para o jornal 'Washington Diplomat' e para os canais de televisão WUSA (programa 'This is America and the World') e PBS, bem como para rede local de televisão DC Cable, com foco nos jogos olímpicos e paralímpicos.

50. A importância crescente das mídias sociais levou a Embaixada a aperfeiçoar o uso de seus perfis institucionais no Facebook, Youtube, Twitter, Periscope e Instagram. Determinei que todas as mensagens recebidas por meio das mídias sociais do posto fossem respondidas, tanto quanto possível, imediatamente. As contas da Embaixada em Washington no Facebook e no Twitter contam, hoje, com cerca de doze mil e de três mil seguidores respectivamente, o que representou aumento de 50% de público nas duas mídias sociais desde o início de minha gestão. Com periodicidade mensal, a 'Newsletter' eletrônica 'Brazil in USA', produzida e distribuída pelo posto, somou-se ao objetivo de divulgar o Brasil e as ações da Embaixada, e vem sendo enviada a cerca de 1600 destinatários, com repercussão crescentemente positiva. Com base nessa experiência, instruí a que fosse criada,

em 2016, mala direta eletrônica específica - 'The Brazilian Cultural Insider' - dedicada à divulgação de atividades culturais, artísticas e acadêmicas relacionadas ao Brasil na região de Washington e arredores, iniciativa que tem gerado resultados notáveis.

51. Com base no diagnóstico de que o Brasil tem presença ainda pouco condizente, no cenário local de 'think tanks', com sua importância econômica e política - até por não ser encarado como um "problema" para a política externa norte-americana - determinei que a Embaixada renovasse os esforços no sentido de aumentar nossa capacidade de influência e interlocução com esses centros de pensamento. Em 2014, ainda durante a gestão de meu antecessor, foi lançada a Iniciativa Brasil no 'Center for Strategic and International Studies' (CSIS), projeto piloto apoiado pela APEX-Brasil, com duração inicial de dois anos e que, desde então, vem promovendo encontros e publicando estudos sobre o país. Fui, desde o primeiro dia, um incentivador desse tipo de iniciativa, havendo participado de eventos nesse e em outros 'think tanks'. A APEX-Brasil estuda atualmente a renovação da cooperação com o CSIS, o que seria altamente recomendável diante dos resultados positivos alcançados nos últimos dois anos, ao projetar uma imagem mais sofisticada da realidade brasileira e das inúmeras oportunidades de cooperação com o país. No mesmo espírito da cooperação com o CSIS, a Embaixada estimulou e prestigiou a presença de brasileiros e estudiosos de Brasil em outros centros de pensamento importantes, como 'Wilson Center', 'Atlantic Council', 'Brookings' e 'Interamerican Dialogue'.

52. No contexto do fortalecimento dos vínculos com 'think tanks' e comunidade acadêmica, foram também organizados, na Embaixada, eventos sobre Brasil com ampla participação de acadêmicos brasileiros e norte-americanos de várias universidades da região, diretores encarregados de América Latina e Brasil de importantes 'think tanks', executivos de consultorias privadas e associações empresariais, funcionários do Banco Mundial, brasiliistas e especialistas, jornalistas brasileiros e estrangeiros, autoridades brasileiras de passagem por Washington, entre outras personalidades, o que se tem

provado de grande utilidade para estimular um debate mais aprofundado sobre a contribuição do Brasil para diversos temas de interesse não apenas dos EUA, mas de uma audiência global. A título de sugestão, seria importante considerar a manutenção e ampliação do apoio da APEX-Brasil a iniciativas como a parceria com o CSIS, se possível replicando o modelo de parceria com outros centros de estudo e pensamento de grande influência nesta capital, como forma de contribuir para a divulgação e compreensão da realidade política e econômica brasileira, bem como das oportunidades de parceria e negócios com o país, junto a formadores de opinião e importantes tomadores de decisão presentes nesta capital.

TEMAS

ECONÔMICOS

53. O período em que estive à frente do posto foi marcado por contexto econômico de baixa persistente no valor do petróleo e demais commodities, de valorização do dólar norte-americano e de fraco desempenho de parceiros tradicionais dos Estados Unidos. Relatei o debate econômico e financeiro nos EUA, marcado, principalmente, pela inflexão da política monetária expansiva, adotada desde o pós-crise de 2008.

54. A taxa básica de juros da economia norte-americana ("Fed funds rate"), que não sofria elevações desde 2006 e era mantida entre zero e 0,25% ao ano desde dezembro de 2008, sofreu, em dezembro de 2015, sua primeira elevação, para o patamar entre 0,25% e 0,5% ao ano. Sinalizado como iminente desde outubro de 2014, o início da chamada "normalização monetária" foi sendo sucessivamente adiado, em função de incertezas no cenário externo, de desempenho positivo da economia norte-americana - porém aquém das expectativas -, e de inflação preocupantemente abaixo da meta, a despeito de baixos índices de desemprego. O cenário de avanços constantes, porém modestos, na economia também reduziu o ritmo inicialmente esperado para outros aumentos nos juros básicos. Ademais, o resultado do referendo sobre a saída do Reino Unido da União Europeia ("Brexit") e a consequente incerteza do mercado financeiro mundial causaram aumento nas expectativas de agentes econômicos no sentido de que o "Federal Reserve" manterá o mesmo patamar da taxa básica

de juros até dezembro de 2016, protelando ainda mais sua eventual elevação.

55. O Produto Interno Bruto (PIB) não deixou de crescer, mas desacelerou seu ritmo de crescimento, que passou dos 3,9%, registrados no segundo trimestre de 2015, para 2% no terceiro trimestre de 2015, 1,4% no quarto trimestre de 2015 e 0,8% no primeiro trimestre de 2016. O índice de desemprego, que, em maio de 2015 estava em 5,5%, caiu quase que constantemente, até chegar a 4,7% em maio de 2016. A inflação registrou 1,02% no acumulado de 12 meses até maio de 2016, distante ainda da meta de 2%.

56. No que se refere à situação das contas públicas, o déficit de 439 bilhões de dólares registrado no ano fiscal encerrado em 30 de setembro de 2015 foi o menor desde 2007, tanto em seu valor nominal quanto no que representa em relação ao PIB (2,5%). Incrementos de cerca de 8% na arrecadação e de 5% nas despesas possibilitaram redução de 9% no déficit na comparação com o ano fiscal finalizado em 30/09/2014. Já a dívida pública norte-americana finalizou o ano de 2015 em 18,9 trilhões de dólares, o que equivale a cerca de 105% do PIB. Nesse contexto, a Embaixada acompanhou e informou sobre o impasse entre o executivo e o legislativo norte-americanos relacionado ao limite para endividamento público ('debt ceiling') e os embates para aprovação do orçamento 2015/2016, que quase resultaram em nova interrupção das atividades do governo federal ('shutdown').

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS MULTILATERAIS

57. Washington sedia importantes organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os governadores pelo Brasil nessas instituições financeiras são o ministro da Fazenda (Banco Mundial e FMI) e o ministro de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (BID). Como embaixador em Washington, tive a oportunidade de acompanhar as atividades das diretorias executivas pelo Brasil e apoiar

a promoção de interesses brasileiros naqueles organismos. A Embaixada também prestou apoio técnico e logístico a visitas de autoridades da área econômica a Washington, em nível técnico e ministerial, para encontros bilaterais com contrapartes norte-americanas ou reuniões no FMI, no Banco Mundial ou BID. Entre as autoridades brasileiras da área econômica que receberam apoio da Embaixada, cumpre destacar o então ministro da Fazenda, Joaquim Levy, o então presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, e o então secretário executivo do Ministério do Planejamento, Dyogo de Oliveira.

Fundo Monetário Internacional

58. A Embaixada acompanhou de perto os assuntos relevantes para o Brasil no Fundo Monetário Internacional (FMI), a exemplo da 14^a Reforma Geral de Quotas e Governança do FMI, a qual, apesar de aprovada em 2010, tinha sua implementação pendente de ratificação pelos Estados Unidos, detentor de poder de voto na instituição. Em processo de mais de cinco anos, cujo desfecho foi prontamente reportado e relatado a Brasília, a aprovação da 14^a Reforma foi ratificada pelo Congresso dos Estados Unidos, em dezembro de 2015. Sua entrada em vigor elevou o poder de voto do Brasil no FMI de 1,7% para 2,32%, colocando o país entre os dez maiores quotistas do Fundo. Teve início, na sequência, a negociação da 15^a Reforma de Quotas, ainda em fase embrionária, mas prevista para ser finalizada até as Reuniões Anuais de 2017.

59. Em contatos com o então diretor-executivo pelo Brasil, Paulo Nogueira Batista, substituído por Otaviano Canuto em julho de 2015, segui as negociações para renovação do acordo de 'constituency' do Brasil no FMI, que compreende outros dez países (Cabo Verde, Equador, Guiana, Haiti, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, Suriname, Timor-Leste e Trinidad e Tobago). O novo acordo deverá ser assinado nos próximos meses, visto que o atual, em vigor desde 2004, expirará em novembro próximo.

60. Na esteira do reatamento das relações entre os EUA e Cuba, comentado mais acima, acompanhou-se ainda o debate que se seguiu a respeito da possível normalização

das relações da ilha caribenha com o FMI, primeiro passo para eventual reengajamento daquele país com as principais instituições financeiras internacionais. Reportei, ainda, importantes discussões e decisões do FMI, que colaboraram para subsidiar a atuação de Embaixadores brasileiros em países como a Grécia, que está em fase de negociação de suas dívidas com os principais credores internacionais, notadamente os países europeus.

Banco Mundial

61. Meu contato com o Banco Mundial foi constante e frutífero durante todo esse período, em particular com o escritório da Diretoria-Executiva brasileira, chefiada por Antônio Henrique Silveira, até 30 de junho último. O Brasil encontra-se entre os três maiores clientes do Banco Mundial, o que implica contínuo esforço de desenho e aprovação de novos projetos, voltados especialmente para estados e municípios. Não por outra razão, durante esse período, foram frequentes as visitas de autoridades federais, estaduais e municipais à sede do Banco Mundial, as quais contaram com apoio técnico e logístico da Embaixada.

62. O Banco Mundial vem passando por profundas reformas de governança e de estrutura administrativa, e a Embaixada procurou acompanhar seus desdobramentos, fornecendo as informações relevantes a Brasília. Após a ambiciosa reforma de 2010, mediante a qual o poder de voto do Brasil passou de 2,07% para 2,23%, e o dos países em desenvolvimento aumentou de 42,7% para 47,2%, está em curso novo processo de realinhamento das ações do Banco Mundial, por meio do qual o Brasil poderá elevar ainda mais sua influência na instituição. Outros debates importantes do Banco Mundial no período foram: a reforma, ainda em andamento, das salvaguardas sociais e ambientais aplicadas a projetos do Banco; o futuro da Associação para o Desenvolvimento Internacional, braço do Banco Mundial voltado para os países pobres e que conta com contribuição brasileira; e o apoio da instituição à crise dos refugiados no Oriente Médio e Europa.

Banco Interamericano de Desenvolvimento

63. A Embaixada deu continuidade, também, à interlocução com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em 2015, acompanhei a segunda reeleição do colombiano Luis Alberto Moreno, candidato único, que contou com apoio brasileiro, para seu terceiro mandato à frente do Grupo BID. Também mantive contato fluido com a Diretoria-Executiva pelo Brasil no BID, chefiada por Ricardo Carneiro, até 30 de junho último, quando foi substituído pelo ex-diretor pelo Brasil no Banco Mundial, Antonio Henrique Silveira.

64. Atualmente, o Brasil representa 10,75% dos votos no banco, é o principal tomador de recursos e o segundo maior acionista, junto com Argentina, ficando atrás somente dos Estados Unidos, que contam com pouco mais de 30% dos votos no banco. A exposição nominal do BID é estimada em US\$ 140 bilhões, sendo que o Brasil responde por 22% do total; o México, por 18%; a Argentina, por 16%; e a Colômbia, por 9%. Como o conjunto de programas para o país está direcionado a estados e municípios, a Embaixada intermediou visitas de autoridades federais e, principalmente, estaduais e municipais ao Banco ao longo de minha gestão, a despeito da forte redução na contratação de novos empréstimos a partir de 2015, por conta do ajuste fiscal.

65. Acompanhou-se, ainda, a implementação das decisões da Assembleia Anual de 2015, para a reestruturação das janelas de operação com o setor privado, que permitiu o aumento do capital do Banco, com aporte de "capital fresco" à Corporação Interamericana de Investimentos (CII) do BID, para a criação, a partir de 2017, da Nova Corporação ("NewCo"). Na "NewCo", os EUA diluirão seu poder acionário para operações sem garantia soberana, do atual patamar de 22,78% para algo em torno de 15% (ainda suficientes para mantê-los como o principal acionista). Também acompanhei as decisões da Assembleia Anual de 2016, nas Bahamas, que debateu, entre outros temas, a consolidação de meta mais ambiciosa para o financiamento de projetos relacionados a mudanças climáticas e a

operacionalização dos compromissos financeiros do Banco com o Haiti.

PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

66. A Embaixada dedicou especial atenção ao fortalecimento da relação comercial entre Brasil e Estados Unidos, a fim de ampliar as exportações brasileiras, promover investimentos norte-americanos no Brasil e atender às consultas de empresas e associações empresariais interessadas em incrementar o intercâmbio entre os dois países. Além de participar dos principais mecanismos de diálogo comercial e empresarial, a Embaixada promoveu encontros para atrair investimentos e divulgar a imagem e os produtos do Brasil nos EUA.

67. Segundo os dados do MDIC, o fluxo de comércio entre o Brasil e os EUA em 2015 alcançou 55,5 bilhões de dólares (US\$), com déficit de US\$ 2,4 bilhões para o Brasil. Trata-se de declínio em relação ao déficit brasileiro de US\$ 8,3 bilhões registrado em 2014, quando a corrente bilateral de comércio alcançou US\$ 61,7 bilhões. Nos primeiros cinco meses de 2016, a corrente de comércio alcançou US\$ 17,8 bilhões, com déficit de US\$ 569 milhões para o Brasil, que representou diminuição importante em relação ao déficit de US\$ 2,1 bilhões registrado no período de janeiro a maio de 2015.

68. No tocante a investimentos, em 2015 foram registrados, pelos dados do Banco Central do Brasil, fluxo de investimento externo direto da ordem de US\$ 9,9 bilhões dos EUA para o Brasil, e de US\$1,9 bilhão do Brasil para os EUA. Nos primeiros cinco meses de 2016, o fluxo dos EUA para o Brasil foi de US\$ 5,6 bilhões, 56,5% acima dos US\$ 3,6 bilhões registrados em igual período do ano anterior. No sentido inverso, o fluxo do Brasil para os EUA, nos primeiros cinco meses de 2016, foi de US\$ 543 milhões, 21,3% menor do que o verificado em igual período do ano anterior, quando alcançou US\$ 690 milhões. Os estoques de IED norte-americano no Brasil e brasileiro nos EUA fecharam o ano de 2014 (últimos dados divulgados)

em US\$111,7 bilhões e US\$ 11,8 bilhões, respectivamente.

69. Empenhado em ampliar o fluxo de investimentos entre Brasil e EUA, dediquei especial atenção à promoção e manutenção de parcerias com entidades empresariais locais como a 'Brazil Industries Coalition' (BIC), a 'US Chamber of Commerce' e a Câmara de Comércio Brasil-EUA de Nova York na realização de seminários de divulgação das oportunidades comerciais e de investimentos no Brasil. Periodicamente, proferi palestras sobre a economia brasileira a grupos de investidores, empresários e formadores de opinião norte-americanos. Promovi contatos de funcionários da Embaixada e do governo brasileiro com interlocutores locais no governo norte-americano, na academia e em institutos especializados para o acompanhamento de temas de interesse mútuo. Por ocasião da 3ª. Conferência de Investimentos SelectUSA, organizada pelo governo dos EUA, em Washington, em junho último, recebi delegação empresarial brasileira, acompanhada pela embaixadora dos EUA no Brasil, Liliana Ayalde. Na ocasião, foi realizado, nas dependências da Embaixada, seminário sobre o processo de internacionalização de empresas brasileiras.

70. Conferi particular atenção à necessidade de apoiar empresas transnacionais brasileiras nos EUA, tendo mantido diálogo constante com os grupos presentes nos EUA como a Embraer, entre outros, e prestado assistência a empresas brasileiras de pequeno e médio portes, sobretudo no que se refere à identificação de oportunidades de comércio e de investimento. Nesse sentido promovi a atualização do "Guia Como Exportar - Estados Unidos da América", cuja edição anterior datava de 2012.

71. Mantive, ademais, diversas reuniões com empresários e associações empresariais norte-americanas baseadas na região de Washington DC, Maryland e Virgínia. Essas reuniões e missões representaram importantes oportunidades de promoção comercial, ao viabilizar encontros também com funcionários dos governos estaduais e municipais norte-americanos, bem como com empresários e associações empresariais e comerciais desses locais. Participei, ainda, de eventos empresariais fora da

capital, em missões comerciais a estados norte-americanos, como Califórnia e Nova York. Recebi, com frequência, executivos e representantes de empresas brasileiras e norte-americanas, os quais me informaram sobre o andamento de suas atividades no Brasil e nos EUA e consultaram-me sobre aspectos referentes aos seus setores de atuação.

72. Avalio como importante atribuição da Embaixada o atendimento a consultas de empresários brasileiros e norte-americanos interessados em explorar oportunidades de comércio e investimento bilateral. Em 2015 e nos primeiros cinco meses de 2016, o setor de promoção comercial e de investimentos da Embaixada atendeu a mais de 1000 consultas de importadores norte-americanos e exportadores brasileiros. Atendeu, igualmente, 235 solicitações de investidores e outras empresas em busca de informações sobre como investir no Brasil.

73. Por ocasião da visita presidencial aos EUA, em junho de 2015, a Embaixada organizou, em parceria com o Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (CEBEU), evento empresarial que reuniu altos representantes do governo norte-americano, como a Secretaria de Comércio dos EUA, e contou com a presença de mais de 200 executivos dos dois países, interessados em fortalecer os laços comerciais e de investimentos bilaterais. Foi realizado, ainda, 'road-show' para a divulgação de oportunidades de investimento no setor de infraestrutura oferecidas pelo Programa de Investimento em Logística (PIL), com a presença de centenas de potenciais investidores, selecionados pela Embaixada e pelos consulados brasileiros nos EUA. Outro destaque foi a reunião da mandatária brasileira com os executivos brasileiros integrantes do 'CEO Forum' Brasil-EUA, que retomara seus encontros com a realização, no mesmo mês, da IX edição do Fórum, em Brasília.

74. A Embaixada acompanhou o estabelecimento de um grupo de trabalho bilateral (GTB), a fim de aprofundar a

parceria em infraestrutura entre os dois países. No âmbito desse GTB, a Embaixada participou das negociações (02/2016), da assinatura (03/2016) e da primeira reunião técnica (04/2016) do "Memorando de Cooperação sobre o Desenvolvimento do Setor de Infraestrutura". Esse exercício propiciará a coordenação e a exploração de sinergias entre i) a Parceria em Transportes Brasil-Estados Unidos, ii) a Parceria em Aviação Brasil-Estados Unidos e iii) o Diálogo Estratégico em Energia Brasil-Estados Unidos, mecanismos pré-existentes, que continuarão a operar de forma independente, mas que se beneficiarão da visão ampliada da cooperação bilateral e do compartilhamento de melhores práticas, conferidos pelo Memorando.

75. Ao longo do último ano, o posto acompanhou e prestou apoio logístico a visitas do então ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio, Armando Monteiro, e do secretário de comércio exterior do MDIC, Daniel Godinho. Importantes medidas de convergência e coerência regulatória e de facilitação de comércio foram definidas e implementadas nessas visitas. São exemplos dessas iniciativas a assinatura de acordo de conformidade no setor de cerâmica, que deverá ser seguido de entendimentos similares nos setores têxtil, calçadista e de equipamentos elétricos, e de interoperabilidade dos portais de comércio exterior ('single window').

POLÍTICA COMERCIAL

76. Desde o início de minha gestão, a Embaixada deu prosseguimento às gestões junto ao Congresso dos Estados Unidos, com vistas à renovação do Sistema Geral de Preferências, do qual o Brasil havia sido o terceiro maior beneficiário (US\$ 2,33 bilhões em exportações brasileiras beneficiadas) antes sua expiração, em julho de 2013. Juntamente com as demais embaixadas que compõem a Aliança para o SGP (A-SGP: grupo de representações diplomáticas em Washington, de países beneficiados pelo SGP), a Embaixada do Brasil procurou ressaltar aos congressistas a importância do programa de isenção tarifária para os exportadores brasileiros, bem como para

as empresas dos Estados Unidos, muitas das quais dependiam dos produtos brasileiros e vinham diminuindo sua capacidade produtiva em razão dos impostos de importação antes eliminados pelo SGP, mas novamente vigentes a partir da expiração do programa em agosto de 2013.

77. Ademais, a Embaixada procurou ressaltar, junto aos membros do Congresso, que, diante da perda dos benefícios tarifários concedidos pelo programa, a China vinha substituindo muitas das exportações dos países do SGP, contrariando o argumento de críticos do programa, no sentido de que o fim do SGP proporcionaria ganhos de produção e de mercados a empresas norte-americanas. Esse argumento teve importância particular, dado o engajamento da administração Barack Obama e do Congresso, no sentido de contrapor-se ao avanço da influência chinesa na região da Ásia-Pacífico (um dos principais motivos, inclusive, para a negociação da Parceria Transpacífica - TPP). Finalmente, em junho de 2015, o Congresso aprovou projeto de lei amplo, sobre vários temas referentes à política comercial dos Estados Unidos, inclusive a 'Trade Promotion Authority' (TPA), que incluiu a renovação do SGP.

78. A partir início do processo de revisão anual de 2015 do SGP, iniciada em agosto daquele ano, a Embaixada prestou apoio a petição norte-americana que buscavam manter os benefícios tarifários concedidos a produtos brasileiros importados por suas empresas. Segundo resultado da revisão, publicado em 1º de julho de 2016, os produtos brasileiros ameaçados de serem graduados ou removidos do programa mantiveram-se como elegíveis aos benefícios tarifários do SGP.

79. Também acompanhei atentamente as negociações entre a Casa Branca e o Congresso dos Estados Unidos a respeito da tramitação do projeto de lei que renovaria a 'Trade Promotion Authority (TPA)'. A aprovação da lei de renovação da TPA, que autoriza o presidente dos EUA a firmar acordos de livre comércio, que deverão, após assinados, ser votados pelo Congresso sem possibilidade de emendas, vinha sendo aguardada pelos países negociadores da Parceria Transpacífica, pois não poderiam

avançar nas tratativas sobre temas sensíveis sem antes terem a certeza de que o que fosse acordado não seria modificado pelos congressistas norte-americanos. Após finalmente aprovada pelo Congresso, a renovação da TPA foi assinada pelo presidente Barack Obama, em 29 de junho de 2015, e, conforme previsto, as negociações da TPP logo foram concluídas, em 5 de outubro daquele ano, e o acordo assinado em 4 de fevereiro de 2016.

80. A partir da publicação do texto do acordo, em 5 de novembro de 2015, instruí os setores econômico e comercial e de ciência e tecnologia da Embaixada a analisar a TPP e avaliar possíveis impactos sobre as relações econômicas e comerciais bilaterais, entre Brasil e Estados Unidos, cujos resultados foram enviados a Brasília. Resta saber em que medida o acordo poderá afetar o comércio externo brasileiro em decorrência da eliminação de barreiras não tarifárias, bem como se as concessões feitas pelos EUA aos países da TPP poderão afetar eventuais futuras negociações comerciais do Brasil com os Estados Unidos, a exemplo das quotas tarifárias norte-americanas.

81. Além da TPP, a Embaixada seguiu acompanhando com atenção a evolução das negociações, ainda em curso, do acordo de Parceria Transatlântica para Comércio e Investimentos (TTIP), entre os EUA e a União Europeia, lançadas em julho de 2013. Pude observar que, por meio da TTIP (assim como na TPP), os EUA buscam defender seus interesses econômicos por meio de acordo com configuração OMC-plus no que se refere a mecanismo de solução de controvérsias investidor-estado (ISDS), proteção a direitos de propriedade intelectual, compras governamentais, bem como de normas e procedimentos regulatórios, leis trabalhistas, comércio eletrônico e proteção ambiental. As negociações avançaram lentamente durante o último ano, principalmente por restrições dos Estados Unidos sobre compras governamentais em nível subfederal e serviços financeiros e por dificuldades da União Europeia em relação a coerência regulatória e mecanismo de solução de controvérsias investidor-estado. Além disso, a incerteza gerada pelo resultado do referendo sobre a saída do Reino Unido da União Europeia poderá ser elemento de desaceleração das negociações, não

só por razões de reorganização interna do bloco europeu, mas também pelo fato de que os EUA poderão perder contraparte negociadora com a qual o país apresentava maior alinhamento de posições.

82. A Embaixada acompanhou, ainda, a intensa disputa no Congresso pela renovação do mandato de funcionamento do banco de crédito de exportações e importações dos Estados Unidos, o "Ex-Im Bank". Apesar da forte oposição de parlamentares do Partido Republicano ao banco, que consideram representar gastos públicos desnecessários, o mandato do "Ex-Im Bank" foi finalmente renovado, em dezembro de 2015, por período de quatro anos.

DEFESA COMERCIAL E ACESSO AO MERCADO DOS EUA

83. Conforme estudo realizado pela Embaixada ("Relatório de barreiras, nos Estados Unidos, à exportação de produtos brasileiros", edição de 2016), as exportações brasileiras seguem sendo prejudicadas por barreiras comerciais impostas pelos Estados Unidos a produtos como: açúcar, algodão, camarão, carne bovina 'in natura', carne de frango, etanol, milho, soja, tabaco, frutas e hortaliças, sucos de fruta, lácteos, produtos siderúrgicos e produtos têxteis, entre outros. Ademais, as exportações brasileiras são igualmente afetadas, nos EUA, por medidas de caráter horizontal, como subsídios à produção agrícola, subsídios à exportação, barreiras técnicas em agricultura, medidas antidumping e antissubsídios, exigências de conteúdo nacional e restrições relacionadas a propriedade intelectual, produtos de defesa e investimentos estrangeiros.

84. À frente do posto, realizei gestões pela remoção de barreiras a produtos brasileiros, com destaque para a publicação, no contexto da visita presidencial de junho de 2015, da lei ("Final Rule") que finalmente determinou a abertura mercado norte-americano de carne bovina "in natura" (resfriada e congelada) para exportadores brasileiros, depois de cumpridas exigências de equivalência sanitária. Tratou-se do mais importante

passo em processo de negociação que se estendia desde 1999. Nos meses recentes, a Embaixada também encabeçou força tarefa que preveniu a aprovação de emendas parlamentares à lei orçamentária que exigiriam, do produto brasileiro, novas avaliações de risco - o que poderia levar a novo atraso no processo de abertura do mercado norte-americano. O início da comercialização da carne bovina depende, agora, somente de processo mútuo de certificação, a ser concluído em breve. Para além dos ganhos diretos de acesso ao mercado norte-americano, a comercialização poderá propiciar a abertura a mercados de terceiros países, que seguem os parâmetros sanitários e fitossanitários estadunidenses.

85. Minha gestão coincidiu com momento em que, diante da valorização cambial do dólar norte-americano e da sobrecapacidade produtiva chinesa, principalmente de produtos siderúrgicos, várias empresas norte-americanas, por temerem incremento desmesurado do ingresso de determinadas importações, solicitaram ao Departamento de Comércio dos Estados Unidos (DoC) o início de investigações antidumping e antissubsídios. O Brasil, apesar de não contar com volume de produção e exportação equivalentes aos chineses, acabou sendo objeto das investigações, juntamente com os principais exportadores mundiais de produtos siderúrgicos.

86. Desde o início de minha gestão, os produtos brasileiros incluídos em investigações antidumping e antissubsídios dos Estados Unidos foram laminados de aço a quente, laminados de aço a frio e laminados de aço-carbono ou aço-liga, cujas principais empresas brasileiras exportadoras foram a Companhia Siderúrgica Nacional, a Usiminas e a Gerdau Açominas. Ademais, o DoC concluiu, nesse período, investigação antidumping, iniciada em período anterior à minha chegada ao posto, sobre exportações brasileiras de papel não revestido, produzido pela empresa Suzano Papel e Celulose.

87. Nas investigações sobre exportações do setor siderúrgico brasileiro, a Embaixada realizou gestões junto ao DoC e à USITC com vistas a reverter o início de processos ou reduzir o escopo das investigações tanto no

que se refere aos programas governamentais suspeitos de fornecerem subsídios quanto no que se refere às empresas suspeitas de praticarem dumping. Ademais, em reuniões com autoridades norte-americanas, manifestei sempre a importância que o governo brasileiro atribui ao tema, bem como a relevância do mercado dos EUA para o Brasil. Nos casos dos laminados de aço a quente e dos laminados de aço a frio, foi possível eliminar dos processos parte dos programas governamentais que seriam investigados. No caso dos laminados de aço-carbono ou aço-liga, foi possível retirar o Brasil da lista de países a serem investigados no processo antissubsídios, tendo-se prosseguido apenas à investigação antidumping.

88. Também durante minha gestão, foram retomadas as reuniões da Comissão Brasil-Estados Unidos de Relações Econômicas e Comerciais (ATEC), cuja última reunião havia acontecido em setembro de 2013, em Brasília. A elaboração da agenda, sobre a qual discuti diretamente com o USTR, Michael Froman, refletiu o interesse de ambos os governos, expressado durante a visita presidencial de junho de 2015, no sentido de "elevar o nível de ambição do relacionamento econômico bilateral". Por essa razão, o encontro da ATEC, realizado em Washington, em março último, contou com reunião em nível ministerial, tendo participado os Ministros de Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil e do Representante de Comércio dos Estados Unidos. A reunião foi precedida de encontro técnico, quando foram discutidos, entre outros temas, as respectivas agendas comerciais dos EUA e do Brasil, cooperação no âmbito da OMC e atuais desafios na área econômica, a exemplo da sobreoferta global de aço.

TEMAS FINANCEIROS E TRIBUTÁRIOS

89. A Embaixada acompanhou as discussões do Diálogo Econômico e Financeiro Brasil-Estados Unidos, realizado nesta capital, em dezembro de 2015, entre o então Ministro de Estado da Fazenda, Joaquim Levy, e o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Jacob Lew. O

encontro reforçou o adensamento dos contatos entre funcionários do Ministério da Fazenda e do Departamento do Tesouro dos EUA, assim como proporcionou a troca de opiniões sobre a situação da economia internacional, temas relativos à política financeira internacional e às instituições e foros correlatos. Na área tributária, gestões feitas pela Embaixada garantiram o importante voto dos Estados Unidos em favor do Subsecretário da Receita Federal, Ernani Checucci, eleito em junho de 2015 para o cargo de diretor de fortalecimento de capacidades da Organização Mundial de Aduanas (OMA). Em agosto do mesmo ano, entrou em vigor o "Acordo entre o Brasil e os Estados Unidos para Melhoria da Observância Tributária Internacional e Implementação do FATCA ('Foreign Account Tax Compliance Act')", importante instrumento bilateral, que se soma aos esforços do governo brasileiro para combater a evasão fiscal, em linha com o projeto 'Base Erosion and Profit Shift' (BEPS), desenvolvido na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

90. A Embaixada recebeu, em junho de 2015, representantes de grandes empresas norte-americanas pertencentes ao grupo 'Business Roundtable', para discutir aspectos do BEPS em relação aos investimentos dessas empresas no Brasil. Em outubro, participei de reunião com a Secretaria de Comércio dos Estados Unidos, Penny Pritzker, durante o qual, entre outros assuntos, foi proposta a criação de um grupo de trabalho intergovernamental destinado a avaliar os aspectos de nossos sistemas tributários que constituem empecilhos ao comércio bilateral, em particular com vistas a considerar eventual assinatura de Acordo para Evitar a Dupla Tributação (ADT), que facilitaria os investimentos de empresas transnacionais de ambos os países.

91. Determinei, ademais, que Embaixada fizesse acompanhamento detido das políticas de sanções econômico-financeiras dos EUA a terceiros países, com ênfase nas medidas aplicadas pelo 'Office of Foreign Assets Control' (OFAC), órgão do Departamento do Tesouro responsável pela implementação das sanções econômico-financeiras dos EUA a países como Coreia do Norte, Sudão e Rússia. A Embaixada também acompanhou as importantes alterações realizadas

nos regimes de sanções norte-americanas a países como Cuba e Irã, buscando esclarecer eventuais dúvidas de entidades financeiras e do governo brasileiro. Foram realizadas, ainda, gestões junto ao Tesouro norte-americano em prol de dilação dos prazos exigidos pelo G-20 Financeiro para a aprovação de legislação brasileira que tipificasse o crime de financiamento ao terrorismo.

TURISMO E MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

92. Durante todo o período, a Embaixada intensificou as atividades de divulgação das potencialidades turísticas do Brasil, tendo presente a condição do país como sede de megaeventos esportivos. Em 2015, foi amplamente divulgada a realização, em Palmas, da primeira edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. O posto promoveu a realização de série de eventos, em parceria com o 'Smithsonian Institute' e com o 'think-tank' 'Council of the Americas', para o marco de um ano para abertura dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Também foi organizado, em outubro de 2015, na residência da Embaixada, evento em colaboração com a rede de televisão NBC, detentora dos direitos de transmissão dos Jogos.

93. Em 2016, guiado pelo imperativo da austeridade orçamentária, busquei o estabelecimento de parcerias com diversos atores da iniciativa privada (NBC4, NBC/Comcast, Coca-Cola, Nike, LATAM Airways, Panasonic, MedStar NHR, Texas de Brazil), com vistas a divulgar os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Como mencionado mais acima, o Brasil como sede dos jogos paralímpicos foi o tema da prestigiosa gala anual da rede hospitalar MedStar NHR. Também celebrei o marco dos 100 dias para a abertura dos jogos olímpicos, com a inauguração, na residência, de exposição inédita de tochas dos jogos de verão, desde a primeira, dos Jogos de Berlim (1936), que reintroduziu a tradição das tochas ao olimpismo contemporâneo, à que está sendo utilizada para os Jogos do Rio de Janeiro. A coleção, adquirida ao longo do ano pela Coca-Cola, por sugestão do posto, também pode ser apreciadas por mais de cinco mil pessoas, durante a edição 2016 do "Passport DC", em que abri as portas da Residência para o público

em geral. Proferi palestras sobre a preparação do Brasil para a realização dos Jogos e publiquei artigos sobre as medidas do governo brasileiro para combater a propagação do vírus zika. Por fim, a Embaixada negociou parceria com a rede de televisão NBC/Comcast, para a realização, nas dependências do renomado 'Newseum', de recepção, para cerca de 800 pessoas, por ocasião da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, em 5 de agosto próximo.

ENERGIA

94. Na área de energia, destaco, no período em que chefiei a Embaixada, a retomada do Diálogo Estratégico de Energia e o estreitamento da interlocução com a Agência de Proteção Ambiental (EPA) em torno do programa 'Renewable Fuel Standard' (RFS).

III Diálogo Estratégico em Energia

95. O diálogo estratégico Brasil-EUA de energia (DEE) foi retomado, conforme instrução do comunicado conjunto da última visita presidencial, com a organização de sua terceira edição, em Washington, em 13 de novembro de 2015. O diálogo foi precedido de reunião de coordenação, realizada em 20 de outubro, entre o então ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, e o secretário de Energia, Ernest Moniz. O III DEE caracterizou-se pelo alto nível técnico das discussões e pela objetividade dos resultados alcançados.

96. Entre os resultados, destacam-se: i) compromisso de relatar aos presidentes do Brasil e dos Estados Unidos, ainda em 2016, as iniciativas desenvolvidas no âmbito do diálogo de energia no período; ii) desenvolvimento de plano de trabalho em energia solar; iii) ampliação da exitosa cooperação em eficiência energética em edificações para o estudo da eficiência energética no

setor industrial, por meio da criação de força-tarefa com foco em financiamento; iv) formalização da cooperação científica e tecnológica com os laboratórios nacionais norte americanos; v) renovação do trabalho desenvolvido pelo grupo de trabalho em biocombustíveis, com especial atenção à troca de informações sobre produção e consumo de biocombustíveis no Brasil e nos Estados Unidos; vi) recuperação das iniciativas de cooperação com terceiros países, como convite aos Estados Unidos para integrarem os trabalhos de elaboração de Atlas Global da Bioenergia; vii) inclusão dos temas "hidrocarbonetos não-convencionais" e "captura e armazenamento de carbono" (CCS) no âmbito de grupo de trabalho sobre combustíveis fósseis; viii) organização de missão de especialistas em energia nuclear da Eletrobras e da Eletronuclear ao Laboratório Nacional de Idaho; e ix) troca de experiências e informações sobre o nexo água-energia.

97. Do trabalho desenvolvido ao longo desse período, meus contatos com o Secretário de Energia Ernest Moniz me deixam convencido de que o lado norte-americano nutre claro interesse em estreitar as relações bilaterais nessa área. Os Estados Unidos reconhecem o Brasil como importante ator, em função: a) da capacidade tecnológica do país em matéria de energias renováveis; b) da dimensão do mercado brasileiro e as perspectivas de aumento da demanda por energias renováveis, como resultado das nossas políticas públicas de estímulo à expansão da participação dessas energias na matriz energética nacional; c) da capacidade de liderança brasileira em foros internacionais de mudança do clima e energia, como país emergente cuja matriz energética está entre as mais limpas do mundo, com base tecnológica e capaz de compartilhar experiências exitosas nessas duas áreas.

"Renewable Fuel Standard" (RFS)

98. A Agência de Proteção Ambiental (EPA) dos Estados Unidos conduz anualmente o processo de revisão do programa de estímulo à adoção de combustíveis renováveis, denominado "renewable fuel standard" (RFS). O RFS estabelece mandatos anuais de utilização de biocombustíveis (convencionais e avançados) na matriz

energética dos Estados Unidos, com cronograma de aumento gradual até 2022. Desde então, o RFS vem sendo revisado anualmente, sempre com a possibilidade de correção, para mais ou para menos, do volume de biocombustíveis mandatado para o ano subsequente. Em 2010, a EPA incluiu o etanol de cana-de-açúcar na categoria de biocombustíveis avançados, à qual também pertencem o biodiesel, o etanol celulósico, o etanol de sorgo e outros tipos de biocombustíveis ainda em estágio experimental. O etanol de milho norte-americano continua a ser considerado biocombustível convencional.

99. A Embaixada buscou intensificar o diálogo com a Agência de Proteção Ambiental (EPA) dos Estados Unidos, com vistas a inteirar-se em mais profundidade do processo em curso de reavaliação das regras do RFS, bem como a manter presente nesse debate os interesses exportadores da indústria brasileira de etanol, que propugna pela priorização do uso de biocombustíveis avançados. Mais concretamente, foram efetuadas repetidas gestões em favor do aumento dos volumes obrigatórios de biocombustíveis a serem misturados à gasolina em 2016 e 2017. Buscou-se, ademais, atualizar a EPA com informações sobre a projetada expansão da capacidade de oferta de etanol pelo Brasil, em decorrência dos investimentos anunciados pelo setor. Por fim, chamou-se atenção para o início da produção industrial de etanol celulósico no Brasil e as perspectivas de expansão da capacidade produtiva desse biocombustível.

100. A EPA manifestou interesse em realizar visita às plantas industriais brasileiras de etanol celulósico em 2016. À luz do progresso da indústria de etanol 2G no Brasil, o EPA poderia fazer refletir a expectativa de crescimento da produção desta categoria de biocombustível em futuros "mandatos" de mistura de biocombustíveis, no âmbito do "Renewable Fuel Standard". Mais recentemente, em 18 de maio passado, a EPA divulgou proposta dos volumes obrigatórios de biocombustíveis a serem misturados à gasolina no mandato de 2017. A Embaixada está acompanhando o processo de consulta pública da proposta, marcado por movimentos de pressões e contrapressões de diversos setores, favoráveis e contrários aos números divulgados e, até mesmo, por

questionamentos em torno da própria existência do programa RFS. Neste contexto, além da intensificação do diálogo com a EPA, a Embaixada vem mantendo em bases regulares reuniões de coordenação com o escritório da UNICA em Washington, com vistas atualizar argumentos e estratégias de promoção dos interesses dos produtores e exportadores brasileiros.

MEIO AMBIENTE E ESPAÇO

101. A temática ambiental continuou a ocupar papel importante na agenda do governo Barack Obama, que trabalhou por deixar legado na área ambiental ao lançar políticas como o Plano Energia Limpa ("Clean Power Plan") e determinar o engajamento dos Estados Unidos nas negociações do Acordo de Paris sobre Mudança do Clima. A resistência de diversos atores, entre eles a liderança do Partido Republicano, ao Plano Energia Limpa, cuja implementação encontra-se suspensa por ordem judicial, é ilustrativa da falta de consenso interno em relação à gravidade do problema da mudança do clima e do papel que cabe aos Estados Unidos em seu enfrentamento. A despeito dos obstáculos domésticos, o senso de prioridade atribuído por Obama ao tema da mudança do clima, inédito em comparação com administrações anteriores, abriu espaço para maior colaboração entre Brasil e Estados Unidos nessa área.

102. A cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos em mudança do clima foi um dos destaques da visita presidencial a Washington em junho de 2015, que resultou na adoção da Declaração Conjunta específica sobre o assunto - em cuja negociação me empenhei pessoalmente - e na criação de grupo de trabalho com o objetivo de ampliar a cooperação bilateral em questões relacionadas ao uso da terra, energia limpa e adaptação, bem como diálogos políticos sobre a questão climática em nível nacional e internacional. O Grupo de Trabalho de Alto Nível sobre Mudança do Clima reuniu-se pela primeira vez em outubro de 2015, em Brasília, e a segunda reunião deve ocorrer no segundo semestre de 2016, nos Estados Unidos. Esse processo de aproximação contribuiu para a consolidação de clima cooperativo entre os negociadores brasileiros e

estadunidenses durante a 21^a Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que resultou na adoção do Acordo de Paris em dezembro de 2015.

103. Também por ocasião da última visita da presidencial a Washington, adotou-se Programa de Trabalho entre o Ministério do Meio Ambiente e a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) e Declaração de Intenções entre o Ministério do Meio Ambiente e o Serviço Florestal dos Estados Unidos sobre Cooperação no Combate a Incêndios Florestais. Em julho de 2015, foi celebrado Memorando de Entendimento entre a Agência Nacional de Águas (ANA), o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e o Serviço Geológico dos Estados Unidos.

104. Além de incluir o tema do meio ambiente em meus contatos com autoridades locais, empenhei-me em desfazer percepções equivocadas sobre a realidade ambiental brasileira por meio da organização de eventos, participação em palestras, interação com organizações não governamentais e concessão de entrevistas. Sendo Washington sede de escritórios de organizações ambientais, 'think tanks' e meios de comunicação de alcance global, a cidade é local privilegiado para a divulgação dos resultados bem sucedidos das políticas ambientais brasileiras. Em diferentes ocasiões, procurei enfatizar o êxito da política brasileira de combate ao desmatamento e os ambiciosos compromissos adotados pelo Brasil no âmbito das negociações do Acordo de Paris. Destaco, entre as atividades promovidas, a organização de evento em comemoração do Dia da Amazônia, em 11 de setembro de 2015, e do evento "Clima e Biodiversidade - Conquistas e Desafios", em 19 de outubro de 2015, que contou com a participação da Secretaria de Biodiversidades e Florestas, Ana Cristina Barros, e o Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Carlos Klink; bem como palestras que proferi com foco na questão do meio ambiente, tais como as promovidas pelas organizações "Diplomacy Matters", em 15 de outubro de 2015; "World Affairs Council", em 4 de novembro de 2015, "The New

Republic", em 16 de dezembro de 2015 e "George Washington University", em 19 de abril de 2016.

105. A Embaixada deu continuidade ao trabalho de acompanhamento das reuniões semestrais do Conselho do Fundo para o Meio Ambiente Global (Global Environment Facility - GEF), entidade sediada em Washington que atua como mecanismo financeiro de convenções internacionais sobre o meio ambiente e é fonte importante de recursos externos para programas ambientais brasileiros. Destaca-se, no último ano, a aprovação de recursos para a terceira fase do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) e o programa regional também sobre a Amazônia envolvendo Brasil, Colômbia e Peru.

106. A cooperação em nível técnico entre Brasil e Estados Unidos na área espacial desenvolve-se de maneira correta, embora haja grande potencial a ser explorado. No contexto da visita da presidencial a Washington, em junho de 2015, foram firmados dois instrumentos entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a NASA, um para permitir a participação de estudantes brasileiros em programas de estágio na NASA (programa GLOBE), e outro para promover a cooperação na área de física solar espacial (heliofísica) e a pesquisa sobre clima espacial. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Agência Nacional para Oceanos e Atmosfera dos Estados Unidos (NOAA), por sua vez, firmaram instrumento para permitir a participação do Brasil no programa de satélites COSMIC-2. Permanece em aberto a questão da efetivação de um Acordo de Salvaguardas Tecnológicas entre os dois países, tema que considero fundamental para o desenvolvimento pleno da cooperação espacial Brasil-Estados Unidos, em benefício do programa espacial brasileiro e do desenvolvimento da indústria de alta tecnologia no país.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

107. Os temas de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) estiveram no centro dos esforços da Embaixada para

imprimir novo impulso à agenda de cooperação bilateral. Em 2015, coube ao posto trabalhar na preparação e no seguimento da IV comissão conjunta Brasil-Estados Unidos em C,T&I (Washington, 28 e 29 de maio de 2015), foro em que são definidas as áreas e os programas prioritários da cooperação. O nível de representação de ambas as delegações evidenciou a importância dos temas de C,T&I para as relações bilaterais. Do lado brasileiro, a delegação foi chefiada pelo então ministro da C,T&I, Aldo Rebelo. Do lado norte-americano, pelo diretor do escritório para políticas de ciência e tecnologia da Casa Branca (OSTP), Antony Holdren, a mais alta autoridade do governo americano no setor. Vale recordar que a comissão mista Brasil-Estados Unidos é um dos poucos foros bilaterais chefiados pelo próprio diretor do OSTP. Os outros países com os quais o governo norte-americano mantém foro de C,T&I com chefia de delegação neste nível são China, Índia, Rússia, Coréia e Japão.

108. Entre os temas discutidos na comissão mista, destacaram-se os relativos a gerenciamento e resposta a desastres; pesquisa sobre ecossistemas e gerenciamento de recursos naturais; sistemas de energia limpa e eficiente; física de alta energia e fontes de luz sincrotron; e saúde pública (incluindo biomedicina e biotecnologia). A comista e seus eventos paralelos foram particularmente exitosos não somente por terem dado seguimento a iniciativas anteriores como também por terem lançado novas áreas de cooperação, conforme refletido na declaração conjunta emanada da visita presidencial de julho de 2015. Na ocasião foram firmados seis instrumentos negociados no âmbito da comissão conjunta: a) declaração de intenções entre o MCTI e departamento de energia sobre colaboração em ciência e tecnologia da radiação sincroton e física de neutrinos; b) acordo entre o INPE/MCTI e a administração nacional oceânica e atmosférica dos Estados Unidos (NOAA) para o programa da constelação do sistema de observação para meteorologia, ionosfera e clima (COSMIC-2); c) acordo entre a AEB (Agencia Espacial Brasileira) e a NASA (Agencia Espacial Americana) para pesquisa em heliofísica; d) acordo entre a AEB e a NASA para adesão do Brasil ao programa GLOBE - programa de aprendizagem e observações globais em benefício do meio ambiente; e) acordo entre o CNPEM, o

LNLS e o Laboratório Nacional de Argonne para desenvolver mecanismos e processos para aprofundar a colaboração relacionada a pesquisa e desenvolvimento com fontes de luz sincrotron; f) memorando de entendimento entre a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e o Conselho de Competitividade (CoC) no campo da inovação e competitividade, para estabelecer uma cooperação que contribua para a melhoria das políticas públicas brasileiras e norte-americanas na área.

109. Busquei sempre promover e intensificar iniciativas com vistas a aprofundar integração da diáspora científica brasileira às atividades de promoção da inovação do governo brasileiro. Destacam-se: a) a realização de encontro de cientistas e profissionais brasileiros do 'Brazilian Expert Network' (BEN) com representantes do IPEA; b) realização do 'I encontro Ciência sem Fronteiras-Brazilian Expert Network'; c) organização de 'BEN Talk' com a participação de representantes do 'US-Brazil Business Council' para debater o novo marco legal de C,T&I (Lei 13.243). Em consonância com os esforços de integrar C,T&I à diplomacia pública, o evento foi transmitido ao vivo por meio de mídias sociais e a gravação divulgada posteriormente.

110. Além da interface dos temas de C,T&I com a academia e o governo, a Embaixada tem procurado apoiar a participação do setor privado em debates e iniciativas em matéria de inovação. A título de exemplo, o posto: a) auxiliou na organização do fórum de inovação, organizado pelo Conselho Empresarial Brasil-EUA na Câmara de Comércio dos EUA (27/5/2015); b) acompanhou o projeto-piloto 'immersion in innovation ecosystems', organizado pelo Conselho de Competitividade (18 a 26 de abril de 2016) exclusivamente para 21 brasileiros, entre os quais representantes do setor privado, acadêmico e governamental.

111. A Embaixada organizou também missões de estudo e prospecção de cooperação. A título de exemplo: a) montou programa de visita da Associação Brasileira de

Desenvolvimento Industrial (ABDI) e CEBRAP, para estudo pormenorizado, 'in loco', da 'National Network for Manufacturing Innovation' (NNMI), iniciativa do governo Obama com o objetivo de promover em diversos setores industriais, o desenvolvimento de produtos e processos inovadores; b) organizou visitas de delegações brasileiras da área de C,T&I aos EUA, entre outras, da Agência de Inovação Brasileira (FINEP), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

112. A dificuldade apresentada pela estrutura pulverizada do sistema de C,T&I norte-americano tem sido contornada por um contínuo diálogo com as grandes instituições governamentais, como o escritório para política de ciência e tecnologia da Casa Branca (OSTP), a Fundação Nacional de Ciência (NSF), o Departamento de Energia (DoE), o Instituto Nacional de Padrões e Tecnologia NIST) e os Institutos Nacionais de Saúde (NIH); com o setor privado, como a "Biotechnology Industry Organization" (BIO), o Conselho de Competitividade (CoC); com instituições vinculadas à pesquisa e desenvolvimento, como a Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAS) e a Universidade Georgetown; e organizações não governamentais, como a "Public Knowledge". Com base nesses contatos, a Embaixada buscou fortalecer mecanismos já consolidados, apoiar o estabelecimento de novas iniciativas, facilitar contatos e parcerias entre entidades dos dois países, divulgar políticas brasileiras na área de C,T&I e prospectar novas possibilidades de cooperação identificadas a partir do acompanhamento de políticas de C,T&I nos Estados Unidos.

113. Não posso deixar de registrar meu agradecimento e reconhecimento à equipe de diplomatas e funcionários da Embaixada, cuja excelência profissional, espírito público e sentido de equipe foram fundamentais para que eu tenha podido fazer frente à multiplicidade das tarefas e desafios inerentes à função de embaixador do Brasil em Washington.

LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Embaixador